

Acta N.º 18/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**ACTA N.º 18/2011 DE 04 DE AGOSTO**

----- Aos quatro dias do mês de Agosto do ano de dois mil e onze, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima oitava reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.^a Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara e Manuel Marques Custodio, Avantino Loureiro Beleza e a Sr.^a Dr.^a Ana Cristina Ribeiro dos Santos Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Regina Almeida Ramos, Coordenadora Técnica da Divisão de Administração e Finanças, indigitada verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

-----E sendo a hora designada para início dos trabalhos, dez horas e dez minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- Foram prestadas algumas questões e informações como segue: -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio alertou para que todos os funcionários se empenhem na questão do abastecimento de água do concelho, bem como do lixo, durante o mês de Agosto, devendo de igual modo alertar-se os Presidentes de Junta para que colaborem por forma a evitar que o lixo se acumule junto aos contentores.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que no corrente ano a rega dos jardins e todos os espaços verdes tem sido feita com a cisterna por forma a evitar gastos de água da rede pública. Os funcionários jardineiros e os de limpeza urbanas estão neste período com horário flexível. Informou ainda que mandou selar todos os fontanários públicos por forma a evitar os abusos que se vinham a verificar. Quanto à recolha dos resíduos sólidos domésticos, informou que, foi alertado para a alteração de locais dos contentores e até da retirada de alguns, tendo de imediato notificado a CESPÁ para reporem os circuitos iniciais, e reforço da recolha durante o mês de Agosto, sob pena de suspender os pagamentos ao Planalto Beirão -----

----- A Sr.^a Vereadora Delfina Gomes, informou que o protocolo que havida sido celebrado no anterior mandato e do qual se falou na última reunião de Câmara, para a recolha do vidro e papel dos estabelecimentos comerciais, e do qual se falou na última reunião de câmara continua a ser cumprido pelos serviços camarários.-----

-----PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

----- Antes de se iniciar a análise da ordem do dia o Sr. Presidente propôs a inserção na ordem de trabalhos dos assuntos a seguir indicados, o que foi aceite por unanimidade pela Vereação. -----

----- **a) PaivaBowling, de Vila Nova de Paiva** - Por requerimento em 29 de Julho de 2011, solicita alargamento de horário de funcionamento dos estabelecimentos de café , restauração e bebidas e estabelecimentos análogos e dos estabelecimentos do tipo discoteca e outros.-----

----- A Vereadora Ana Cristina entende que ao PaivaBowling deve ser concedido o alargamento de horário porque à volta daquele estabelecimento não existem quaisquer habitações. Quanto aos restantes estabelecimentos considera que o horário até às duas da manhã é mais do que suficiente, até porque tem havido um constante vandalismo na Vila, além de que durante o mês de Agosto na Rua Egas Moniz os moradores não conseguem descansar.-----

----- O Sr. Presidente informou que irá falar com o Sr. Comandante do Posto da G. N. R de Vila Nova de Paiva para um reforço de patrulhamento. Informou ainda que a G. N.R, por ofício n.º 596/11, de 01.08.2011, além de solicitar informação sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos de café restauração e análogos, enviou cópia do ofício n.º1055/DAF, de 27.04.2006, enviado por esta Câmara à firma Sodemo, Lda, no qual é comunicado àquela firma que por deliberação em reunião ordinária do dia 19 de Abril de 2006, foi-lhe autorizado o alargamento de horário do seu estabelecimento de café, aos sábados até às 03H00 de domingo. O Sr. Presidente informou que segundo informação da GNR o proprietário daquela firma, com base naquela deliberação tem vindo ao longo do ano a praticar o alargamento de horário todos os sábados, o que em seu entender não é justo porque todos os estabelecimentos devem ter igual tratamento. -----

----- O Vereador Manuel Custódio entende que a GNR deve actuar, e entende que devem ser concedidos os alargamentos de horário à semelhança de anos anteriores, quanto à deliberação de 19 de Abril de 2006, entende que a mesma deve ser revogada, porque quando foi concedido esse alargamento, e embora não tenha ficado expressamente na deliberação, foi apenas para o ano de 2006.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações e tendo em vista a harmonização da abertura dos estabelecimentos comerciais em determinados períodos considerados excepcionais, deliberado por maioria absoluta, com voto contra da Sr. Vereadora Ana Cristina Santos, autorizar, ao abrigo do art.º 3.º do Regulamento de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Município, e para o ano de 2011, o alargamento dos horários em epígrafe para os estabelecimentos e períodos seguintes: -----

Acta N.º 18/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

----- Estabelecimentos de Restauração e Bebidas e estabelecimentos análogos: abertura até às 03h00, todos os dias da semana, nos períodos de 04 a 31 de Agosto e de 21 de Dezembro de 2011 a 5 de Janeiro de 2012; -----

----- Estabelecimentos do tipo discoteca, *dancing*, *pub* e análogos: até às 05h00, todos os dias da semana, nos períodos de 04 a 31 de Agosto e 21 de Dezembro de 2011 a 5 de Janeiro de 2012.-----

----- Estabelecimentos de diversão e animação turística, nomeadamente de índole cultural, desportiva, recreativa e temática: até às 05h00, todos os dias da semana, nos períodos de 04 a 31 de Agosto e 21 de Dezembro de 2010 a 5 de Janeiro de 2012-----

----- Foi também deliberado por maioria absoluta revogar a deliberação tomada na reunião ordinária de 19 de Abril de 2006.-----

----- Mais foi deliberado por absoluta que os serviços competentes publicitem a presente deliberação.-----

----- **b) Avantino Loureiro Beleza**, vereador em regime de não permanência da Câmara Municipal - Por e-mail de 01 de Agosto de 2011, solicita justificação de falta à reunião do dia 21 de Julho.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutineio secreto com quatro votos a favor justificar a falta do Sr. Vereador. O Vereador Avantino Beleza não participou na discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado e regressado após decisão.-----

----- De seguida passou-se à análise da Ordem do Dia, oportunamente remetida à vereação nos termos legais: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da acta da reunião ordinária de 21 de Julho do ano em curso.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com abstenção do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vereador Avantino Beleza, dado não terem estado presentes, aprovar o texto definitivo da acta. ----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamento A, B, C, D, E, F, G, H em Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: Edibest - Engenharia e Construção, S.A – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos de contrato, no valor excluído o IVA, de €29.668,10 (vinte e nove mil, seiscentos e sessenta e oito euros e dez cêntimos)– Informação N.º 70-P/11, de 15.07.20101, da DOM.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento.-----

----- **b) Execução da Obra de Construção da Circular Urbana Nascente em Vila Nova de Paiva** – 1.^a Fase – Abertura de Concurso público , aprovação do Caderno de Encargos e Programa de Concurso- Proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 04 de Agosto de 2011 – Apreciação e votação.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 04 de Agosto de 2011, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) É necessário dar início ao procedimento para execução da obra de “Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva – 1.^a Fase”, projecto previsto no código 3/331/2003/135, acção 4 (classificação orçamental 01.02/07.01.04.01) das Grandes Opções do Plano (GOP) aprovadas para o ano de 2011;

b) No Projecto de Execução da obra, elaborado pelos serviços da Divisão de Obras Municipais (DOM) desta Câmara Municipal, o preço base estimado é no montante, excluído o IVA, de € 322.000,00 (trezentos e vinte e dois mil euros);

c) Face ao referido preço-base, a escolha do procedimento para formação de contrato para execução da obra em regime de empreitada de obra pública recairá na modalidade de Concurso Público como resulta “a contrário” do disposto no art.º 19.º, alínea b), do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro;

d) Compete à Câmara Municipal a decisão de autorização de despesa conforme art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, estando implícita naquela competência a decisão de contratar e a decisão de escolha do procedimento a que se referem os artigos 36.º e 38.º do CCP.

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º do CCP, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere:

1.º – Aprovar o Projecto da obra de “Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva – 1.^a Fase”, elaborado pelos serviços da Divisão de Obras Municipais (DOM) desta Câmara Municipal;

2.º – Autorizar a contratação da execução da obra em regime de empreitada pública, fixando em € 322.000,00 (trezentos e vinte e dois mil euros) o preço-base do contrato;

3.º – Autorizar que o procedimento para formação do contrato para execução da obra em regime de empreitada de obra pública recaia na modalidade de Concurso Público nos termos previstos no art.º 130.º e seguintes do CCP, como resulta “a contrário” do art.º 19.º, alínea b), do CCP;

Acta N.º 18/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

4.º – Aprovar, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 40.º do CCP, os respectivos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, os quais constarão do anúncio previsto no n.º 1 do art.º 130.º do CCP a publicar na 2.ª Série do Diário da República, conforme modelo aprovado no “Anexo I” à Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho, desenvolvendo-se a tramitação procedimental do concurso na Plataforma Electrónica da Construlink, S.A. utilizada por esta Câmara Municipal.

5.º) Aprovar a constituição do seguinte Júri do Procedimento, nos termos e para os efeitos dos artigos 67.º a 69.º do CCP:

– Presidente: Eng. Jorge Augusto Correia Brás, Chefe da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal;

– Vogais efectivos: Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças da Câmara Municipal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Eng. Armindo Marques Almofala, Técnico Superior da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal;

– Vogais suplentes: João Paulo Figueiredo Mendes, Assistente Técnico da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal, e Cidália Loureiro Morais, Assistente Técnica da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal.”-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara em epígrafe.-----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a) Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada** no período compreendido entre o dia 01 Junho e o dia 15 de Julho de 2011. ---

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Matilde Maria Afonso Clara , de Vila Nova de Paiva** – Pedido de informação prévia – Alteração a Habitação sita no Bairro Mártir São Sebastião, em Vila Nova de Paiva – Parecer Técnico n.º PL-19, datado de 12.07.2011 - Processo n.º 16/2011.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade considerar desfavorável a pretensão da requerente, podendo a mesma ser revista se consideradas as sugestões da DUA, devendo para o efeito promover-se a audiência prévia à requerente para num prazo de trinta dias se pronunciar sobre a presente decisão.-----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) 6.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) e ao Orçamento para o ano financeiro de 2011** – Conhecimento do Despacho do Presidente da Câmara de 15.07.2011, de aprovação das alterações. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **b) 7.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2011** – Conhecimento do Despacho da Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, de 21.07.2011, de aprovação das alterações.

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

c) Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo – Conhecimento da Adenda ao Contrato-programa.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **d) 2.ª Fase do Programa de Concurso Público Local para atribuição de Fogos Municipais de Habitação Social** – Homologação da Lista definitiva dos Candidatos – Informação N.º 43/2011, de 15.07.2011, do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal, que aqui se dá por reproduzida e fica a fazer parte integrante da presente acta, cuja fotocópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro de actas n.º 35 das reuniões camarárias. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a lista definitiva dos candidatos, devendo a mesma ser publicitada por edital nos lugares públicos do estilo e na sede desta autarquia, bem como no portal do Município.-----

----- **e) 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Vila Nova de Paiva para o ano de 2011** – Apreciação e votação da proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 28 de Julho de 2011. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 28 de Julho, do seguinte teor integral: -----

“1 – Despacho n.º 14.460/2008, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 100, de 26 de Maio de 2010, que estabelece as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino nos quais funcione a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico, na oferta das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e de animação e de apoio à família pelas entidades promotoras, foi alterado e republicado pelo Despacho n.º 8.683/2011, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 122, de 28 de Junho de 2011, do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, introduzindo alterações às referidas.

As AEC do 1.º CEB são de frequência gratuita e não se podem sobrepor à actividade curricular diária.

2 – As alterações introduzidas pelo referido despacho produzem efeitos a 1 de Setembro de 2011, sem prejuízo da sua aplicação a todos os procedimentos necessários à preparação das actividades de enriquecimento curricular do ano lectivo de 2011/2012.

3 – De acordo com o n.º 14.1 introduzido pelo referido Despacho, as entidades promotoras deverão obrigatoriamente utilizar, em matéria de recrutamento e contratação

Acta N.º 18/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

dos respectivos técnicos das AEC, os mecanismos previstos no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro.

4 – Conforme transmitido pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) através da Circular n.º 110/2011-SA, de 08.07.2011, aquele mecanismo de recrutamento não prejudica o recurso pelas Autarquias Locais a outros mecanismos legais de contratação, designadamente o definido pela Portaria do procedimento concursal (Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril) ou outras soluções contratuais de protocolos e parcerias, sendo tal entendimento, já anteriormente perflhado pelos Secretários de Estado da Administração Local (SEAL) e da Administração Pública (SEAP).

5 – Pretendendo a Câmara Municipal constituir-se como entidade promotora para, directamente, realizar as actividades de enriquecimento curricular na área do Município, terá que prever no respectivo Mapa de Pessoal, independentemente do mecanismo de recrutamento de que se socorra, os necessários postos de trabalho para efeitos de recrutamento e contratação dos técnicos que irão leccionar as actividades planeadas.

6 – Nos municípios compete à assembleia municipal aprovar, manter ou alterar os mapas anuais de pessoal, sob proposta da câmara municipal, de harmonia com a alínea a) do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, elaborados nos termos do art.º 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 24.04, e alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31.12, 3-B/2010, de 28.04 e 34/2010, de 02.09 e 55-A/2010, de 31.12.

Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, a fim de ser submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de harmonia com a alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, que delibere aprovar a 2.ª Alteração do Mapa de Pessoal em vigor aprovado pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de 27 de Dezembro de 2010, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária de 16 de Dezembro de 2010, com primeira alteração aprovada pela Assembleia Municipal em sessão ordinária de 20 de Junho de 2011, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária de 16 de Junho de 2011, tendo em vista a criação de sete postos de trabalho para docentes, cuja caracterização consta em Anexo, afectos à Divisão Social e Cultural (DSC), a ocupar através da constituição de relações jurídicas de emprego público a termo resolutivo certo, a tempo integral ou parcial, consoante os horários das actividades, com duração do contrato não superior ao ano escolar a que respeita, por recurso aos mecanismos de recrutamento e contratação previstos no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro ou da Portaria n.º 83-

A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, com os pressupostos do contrato aplicáveis previstos no art.º 93.º do Anexo I (Regime do RCTFP) à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.”

----- Após algumas considerações, o Sr. Presidente colocou a sua proposta a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara, em epígrafe.-----

----- **f) Processo Disciplinar n.º 1/2010 – Apreciação do Relatório Final da Sr.ª Instrutora – Decisão.** -----

----- Foi presente à reunião o relatório final da Instrutora do processo disciplinar movido contra o trabalhador da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, Sr. Sérgio Bruno Tavares Gomes, técnico superior (área biblioteca e documentação) que aqui se dá por reproduzido e fica a fazer parte integrante da presente acta, cuja cópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro de actas número trinta e cinco das reuniões da Câmara Municipal.-----

----- O Sr. Presidente informou que o processo já vai com mil e vinte e nove páginas, foram dados todos os direitos de defesa ao arguido e ouvidas muitas testemunhas, e agora está aqui o relatório para decisão. Informou ainda que já depois de estar a decorrer o processo, em Fevereiro de 2011, por novos factos, nomeadamente ausências ao serviço, e passagem de cartão do arguido por parte da Dr.ª Ana Rita Santos foi determinado procedimento disciplinar, tendo aqueles factos sido aditados ao processo. O arguido foi suspenso preventivamente por um período de sessenta dias por se considerar que a sua permanência no local de trabalho e atento aos factos naquela altura conhecidos colocar em causa o apuramento da verdade material, bem como por a sua presença se revelar inconveniente para o serviço e para o bom nome do mesmo. Procedeu-se então á abertura de instrução do aditamento, tendo sido ouvidas algumas testemunhas. Notificou-se pessoalmente o arguido para ser ouvido face aos novos factos, aquele não compareceu nem justificou a ausência, o que determinou nova convocatória por carta registada, para nova audição por se considerar de extrema importância o princípio do contraditório. Na data marcada, 29 de Março de 2011, o arguido compareceu mas não prestou declarações, e após dirigir-se de forma agressiva e desrespeitosa para com o secretário do processo, optou por sua livre e expontânea vontade por abandonar a sala sem prestar qualquer depoimento ou arrolar testemunhas. Notificou-se pela terceira vez por carta registada com aviso de recepção o arguido, para no prazo de cinco dias úteis, querendo, ser ouvido ou prestar meios de prova que entendesse necessários para o apuramento da verdade material, sendo que aquele nada veio dizer. Em 3 de Maio de 2011, elaborou-se a acusação com novos factos aditados, a qual foi notificada ao arguido. O arguido por intermédio do seu mandatário apresentou nova defesa global e arrolou a testemunha Ana Rita Gomes Santos,

Acta N.º 18/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

para ser ouvida. Foram também arrolados oralmente pelo arguido os Srs. Dr. José Manuel Magalhães, Dr.^a Ondina Pires e o Sr. Presidente da Câmara, e oficiosamente as testemunhas Dr.^a Ana Sofia Lacerda Pires e Dr.^a Graciete Lacerda Salvador. As audiências de inquirição de testemunhas, assumiram proporções escandalosas devido ao comportamento do arguido, em relação à instrutora e especialmente ao secretário. O arguido exerceu uma constante pressão perante as testemunhas tentando colocar em causa as declarações das mesmas e sugestionando resposta que pretendia ver incluídas no depoimento, e que teve o seu expoente máximo no abandono da testemunha Ondina Pires, já no terminus da inquirição, face à indignação perante as acusações descabidas e a falta de educação movidas pelo arguido. Idêntica situação ocorreu aquando da inquirição do Presidente da Câmara, o qual foi abundantemente apelidado de mentiroso, e ameaçado com processos, por parte do arguido, ambas as inquirições só terminaram porque foi efectuado um esforço enorme por parte da Sr.^a Instrutora. -----

Foram sempre carreados para os autos todos os documentos solicitados pelo arguido bem como pelo seu mandatário, permitindo-se sempre em todas as ocasiões o contraditório, bem como se efectuaram todas as diligências requeridas.-----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se os funcionários têm conhecimento do mapa de registo de assiduidade, e se não, entende que é conveniente envia-lo periodicamente aos trabalhadores, para não andarem por aí na praça pública a falarem de coisas que não conhecem e a levantarem suspeitas sobre pessoas idóneas. -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio, referiu que leu o relatório, e o que lhe parece é que este assunto deve ser discutido numa outra reunião, porque os documentos (relatório) foi-lhe enviado tardiamente, só o recebeu por e-mail, ontem ao final do dia. A sua proposta foi de que, dada a delicadeza do assunto, este seja adiado para próxima reunião da Câmara, por forma a ter tempo de consultar o processo completo e leitura e análise das declarações de todas as testemunhas. Entende ainda que deveria ser enviada cópia do relatório ao arguido.--

----- A Sr.^a Vereadora Ana Cristina Santos, concordou com a proposta do Sr. Vereador Manuel Custódio, e tal como ele gostaria de consultar todo o processo, entende que a Sr.^a Instrutora, no relatório apenas cita trechos de algumas declarações, e que a pena proposta pela Sr. Instrutora é demasiado pesada, quanto a ela a pena a aplicar deveria ser a de repreensão escrita. Como este assunto é demasiado sensível entende que deveria ser adiado para a próxima reunião.-----

----- O Sr. Presidente informou que o processo está à disposição dos Srs. Vereadores desde o dia em que foi enviada a ordem do dia da presente reunião, referiu ainda que no ofício de

envio da ordem de trabalhos consta a menção de que a “*documentação se encontra na Secção Administrativa onde poderá ser consultada no período das 09H00 às 16H00*”.-----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza, voltou a intervir, e referiu que nestas coisa é sempre o benefício para o réu, nesta caso o réu tem todo o direito, não pode é ter todo o tempo. As questões que estão aqui a ser colocadas são questões pertinentes, tendo ainda referido que “*mal de nós se estivéssemos a chamar aqui a coacção a Sr.ª Instrutora , Dr. Maria João. O Arguido aqui não é a Dr.ª Maria João mas sim o Sr. Sérgio Tavares. Aqui não há opiniões, nem meias opiniões, aqui há factos. A Proposta da Sr.ª Instrutora baseia-se nas provas. Aquilo que a Sr.ª Instrutora ouviu abundantemente foram os depoimentos das testemunhas, julga que o processo e toda a sua instrução foi doloroso para a Sr.ª Instrutora, porque propor uma pena de demissão não é fácil*”. Deixou à consideração do Sr. Presidente o adiamento ou não da votação deste assunto na presente reunião. Referiu ainda que “*não se pode andar a brincar com isto porque o arguido aqui é o Dr. Sérgio ele pode vir a ser ilibado ou condenado, era melhor que não se falasse, mas a falar-se, que se fale nele, porque o arguido aqui não é o Sr. Presidente da Câmara. Aquilo que o Sr. Presidente da Câmara fez (mandar instruir processo disciplinar) também não foi por opinião, foi por convicção exactamente por causa dos factos que vêm aí relatados e que foram provados, faltas cometidas exactamente por uma pessoa que não cumpriu e que inclusiva deu um mau exemplo relativamente aos seus colegas de trabalho. Não podem andar aí na praça publica a pôr o Sr. Presidente da Câmara como o arguido, como o criminoso.*” -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações e alegações dos Sr. Vereadores . deliberado por unanimidade adiar a deliberação do processo em epígrafe para a próxima reunião de Câmara com vista à consulta de todo o processo por parte dos Sr. Vereadores. ---

----- **g) Processo concursal de recrutamento para preenchimento de um posto de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de técnico superior (área engenharia civil), da carreira de técnico superior, com formação complementar em Higiene Segurança e Saúde – Recurso Hierárquico - Informação N.º 18/2001, de 13.07.2011, do Chefe da DAF. -**

----- Foi presente à reunião a informação n.º 18/2011, de 13.07.2011, do Chefe da DAF, que aqui se dá por reproduzida e fica a fazer parte integrante da presente acta, cuja fotocópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro de actas número trinta e cinco das reuniões da Câmara Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara, começou por referir que como os Srs. Vereadores sabem o recurso hierárquico é de um acto recorrido do Presidente da Câmara. De seguida explicou todo o procedimento concursal, começando por referir que foi aprovado pela Câmara e

Acta N.º 18/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

Assembleia Municipal o mapa de pessoal, o qual prevê a existência do posto de trabalho em causa. -----

De seguida mandou chamar a trabalhadora afecta aos recursos humanos, Dr.ª Ondina Pires à qual pediu colaboração na explicação do procedimento. Prosseguiu a sua intervenção referindo que por seu despacho foi autorizada a abertura do procedimento concursal, e que no aviso de abertura, conforme a lei prevê foi definido o procedimento, os métodos de avaliação e o júri do concurso. Após a publicação do aviso surgiram as candidaturas e o Sr. presidente do júri, perante a lista dos candidatos, apresentou impedimento dado que a sua filha apresentou candidatura ao procedimento. Face ao impedimento, imediatamente o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento ao júri, tendo assumido funções de presidente o Sr. Arquitecto Paulo Lopes . De seguida procedeu-se à análise das candidaturas, tendo sido excluídos alguns candidatos por não possuírem o CAP nível 5 em Higiene e Segurança no Trabalho, tendo sido comunicada a lista de candidatos admitidos e excluídos e todos os candidatos, não tendo havido nenhuma reclamação. Informou ainda que antes da publicação da lista, foi publicitada informação na BEP para verificar se existia alguém na mobilidade especial com aquelas habilitações, tendo vindo a verificar-se que não havia ninguém nas condições indicadas. O Sr. Presidente informou que dos catorze candidatos apenas oito do foram admitidos. Face à alteração do júri por força da incompatibilidade, o júri através da acta n.º 3 colocou à consideração do Sr. Presidente da Câmara a possibilidade de a elaboração e correcção da prova escrita ser realizada por uma entidade externa, por não se sentir capacitado para avaliar todos os temas a abordar, nomeadamente, os temas relacionados com o Código dos Contratos Públicos. Em face da proposta dos membros do júri, o Sr. Presidente da Câmara determinou que se pedisse a entidade externa credenciada a realização da prova de conhecimentos. Foi então solicitado, em Outubro de 2010, ao Director do Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA) a realização da prova. O CEFA elaborou a prova e remeteu-a à Câmara Municipal. A Sr. Vereadora Delfina Gomes, pensando tratar-se de um correio normal e dado que o envelope não continha expressa qualquer indicação do seu conteúdo, abriu o envelope que continha a prova, que entregou ao presidente do júri, e este, de imediato escreveu no envelope “ “ *Recebi o ofício e envelope aberto em 27.10.2010 pela Sr.ª Vereadora, que por lapso o terá aberto*”. O Júri voltou então a reunir, tendo decidido o seguinte: “ *deverá ser solicitada nova prova no sentido de ser total a transparência do procedimento concursal*” O Sr. Presidente da Câmara de imediato proferiu o seguinte despacho “*Considerando o motivo invocado e as razões manifestadas, deverá ser solicitada nova prova com vista á sua realização o mais breve possível*”. Foi então solicitado novamente ao Director do CEFA nova prova, que elaborou e remeteu à Câmara Municipal e que foi colocada no cofre. De seguida o presidente do júri

marcou a prova escrita para o dia 2 de Dezembro. Devido às condições climatéricas (neve) não foi possível realizar a prova na data marcada, tendo o júri voltado a reunir para nova planificação da aplicação do método de selecção obrigatório e lavrou a acta n.º 5 na qual refere que devido às condições climatéricas adversas não pode ser realizada a prova, tendo decidido fixar o dia 07 de Dezembro de 2010 para a realização da prova escrita de conhecimento. Todos os candidatos admitidos foram notificados, reunidas as provas as mesmas foram enviadas ao CEFA para correcção. Após a correcção foram-nos reenviadas com a respectivas notas. De todos os concorrentes apenas dois ficaram aprovados, um com doze e outro com catorze valores. Deste apuramento foi dado conhecimento aos candidatos excluídos, dando-lhes a possibilidade, conforme a lei prevê, de se pronunciarem no prazo de dez dias úteis. Decorrido tal prazo, o júri voltou a reunir, e como não foi apresentada qualquer reclamação, no âmbito da audiência dos interessados, o júri deliberou admitir definitivamente à 2.ª fase da aplicação dos métodos de selecção, no caso o método de selecção facultativo - entrevista profissional de selecção - as duas candidatas aprovadas na prova escrita de conhecimentos, Ana Teresa Oliveira Correia Brás e Maria de Fátima de Jesus Ferreira, tendo fixado o dia 25 de Maio, pelas 10H00 para a realização do método de selecção facultativo. Notificaram-se então as concorrentes. -----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza perguntou ao Sr. Presidente em que dia é que vieram as provas corrigidas.-----

----- O Sr. Presidente informou que as provas corrigidas foram recebidas em 27 de Janeiro de 2011, seguindo-se todos os procedimentos e prazos legalmente estabelecidos, e que no dia marcado, 25 de Maio de 2011 o júri fez a aplicação do método de selecção complementar - entrevista - e a respectiva classificação, tendo cada um dos membros do júri avaliado de acordo com quatro factores previamente definidos, e que foram os seguintes: Factos A – Motivação; Factor B – Sentido critico; Factor C – Expressão e fluência verbais ; Factor D – Qualidade da experiência profissional. No factor D , e dado que uma das candidatas tem mais experiência profissional, ficou melhor posicionada.-----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza voltou a intervir, e referiu que a experiência profissional ou se tem, ou não se tem, e que esta ainda não se compra em pacotes.-----

----- O Sr. Presidente continuou a sua intervenção referindo que a experiência profissional apresentada pelas candidatas está devidamente comprovada com documentação.-----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza, perguntou se algum elemento do júri fez alguma observação relativamente às candidatas, o que lhe foi respondido pela técnica superior, D. Ondina Pires, membro do júri, que cada um dos elementos do júri, de acordo com a grelha aprovada, deu a sua avaliação que depois se reúnem, e quem vence é maioria. Feita a acta

Acta N.º 18/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

das operações de avaliação – entrevista - a mesma foi aprovada por unanimidade, tendo uma das candidatas obtido a classificação de dezoito valores e outra treze. -----

----- A ordenação final dos candidatos, após a aplicação dos dois métodos de selecção foi então a seguinte: a classificada em 1.º Lugar obteve 13,80 valores e a 2.ª classificada obteve 13,70 valores. Seguiu-se a publicação da lista unitária de ordenação final provisória, tendo sido notificados todos os candidatos, para no prazo legalmente estabelecido se pronunciarem. Foi então quando, a candidata classificada em 2.º lugar apresentou uma reclamação na qual solicita explicação das notas atribuídas a cada uma das candidatas e sugere que, seja feita uma nova entrevista profissional de selecção por jurados externos. Informou também que, a sua exposição irá seguir igualmente para o Provedor de Justiça, para a Inspeção Geral da Administração Local e para a Comissão da elaboração do Código de ética e conduta da Administração Pública.-----

----- O Júri voltou a reunir para avaliar a reclamação, tendo decidido o seguinte: “ *Face às alegações apresentadas e considerando que nenhum elemento relevante foi apresentado pela candidata e considerando ainda que a imparcialidade do júri foi tida em conta aquando da realização das entrevistas profissionais de selecção, o júri mantém inalterada a decisão tomada e constante da acta avulsa n.º 9, de 01 de Junho de 2011, bem como a fundamentação explanada nas fichas individuais da entrevista profissional de selecção de 25 de Maio de 2011.*-----

Quanto à sugestão de realização de nova entrevista profissional por jurados independentes desta instituição, esta sugestão não tem qualquer enquadramento legal no âmbito da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro”.-----

Posto isto. O Júri aprovou em definitivo a lista unitária de ordenação final que submeteu a homologação do Sr. Presidente da Câmara que a homologou em 28 de Junho de 2011. De seguida foi publicada, por aviso, a lista de ordenação final definitiva e notificados da homologação, todos os candidatos (os 8 admitidos) no âmbito do direito de participação dos interessados. Foi então que em 27 de Julho de 2011 a candidata Maria de Fátima apresentou recurso hierárquico. Recurso esse que está aqui hoje a ser avaliado. O Sr. Presidente informou ainda que foi dado conhecimento à recorrente de que o assunto iria hoje ser discutido e votado em reunião da Câmara. -----

----- Após prestada informação detalhada sobre o processo, o Sr. Presidente ausentou-se da mesa, dado estar impedido de discutir e votar o assunto, tendo assumido a presidência da mesa a Vice-Presidenta Dr.ª Delfina Gomes, que dirigiu os trabalhos, enquanto o Sr. Presidente esteve impedido.-----

----- A Sr.ª Vereadora Ana Cristina, usou da palavra, tendo começado por referir que, iria fazer alguns registos que quer que constem em acta, e que foram os seguintes: “*Em 1º*

lugar o Sr. Presidente começou por referir que foi feita a constituição do Júri da qual fazia parte o Sr. Engenheiro Brás, e com isto, vou registar com agrado o facto de posteriormente ele se ter manifestado impedido por ser parte interessada.-----

Contudo quero salientar alguns aspectos: em 1º lugar o facto de quererem estar alheios a esta selecção e por isso terem pedido a uma entidade externa para fazer a prova e proceder à correcção da mesma, esse aspecto eu acho extremamente positivo, só que de facto foi pedido a uma entidade externa para fazer a prova de conhecimentos e corrigi-la, mas depois a entrevista foi feita localmente, este é um registo que eu quero aqui deixar expresso. E sabemos que efectivamente a entrevista é facultativa, este é um aspecto. Outro aspecto tem a ver com o seguinte: as duas candidatas, uma teve 14 na prova de conhecimentos e outra teve 12. A prova de conhecimentos foi feita e corrigida por uma entidade externa, mais uma vez reitero. Após a entrevista uma candidata teve 13,80 e a outra 13,70, portanto estão extremamente próximas no global. Eu acho sinceramente, e manifesto aqui a minha opinião, que aliás já tinha dito e vou manifestar novamente - Desnecessário a abertura de procedimento concursal porque na altura e conforme referi em reunião da Câmara entendia que a abertura do procedimento concursal para Engenharia Civil CAP 5, poderia e dado que estamos em contenção, contratar-se uma empresa externa, e o que é caricato é que de facto esta senhora esteve noutros organismos, esteve noutros sítios, eu vou citar, a Câmara de Satão, porque sei que esteve lá, uma Câmara com uma dimensão bastante superior à nossa e de facto não ficaram com ela e o que eu vejo é que, vamos recrutar uma engenheira para fiscalizar uma obra, porque no mandato só vai haver uma obra que é preciso fiscalizar e porque tem que obedecer aos requisitos. Não vejo justificativo para que se proceda a essa contratação, porque de facto podemos recorrer a outra Câmara, ou porque não, outra Câmara recruta-la e nós pedimo-la emprestada. Acho que Vila Nova de Paiva, dada a sua dimensão, não se justifica ter uma engenheira civil CAP 5, e para além de que acho que efectivamente, quiseram manter a transparência pedindo a uma entidade externa para fazer o recrutamento, mas depois essa transparência caiu em saco roto a partir do momento em que depois a entrevista é feita cá e a gente sabe, e eu estive a ver ali que notas é que foram dadas na entrevista. Isto sem estar a por em causa a competência das candidatas porque sobre isso não me vou manifestar porque não tenho conhecimento para isso, mas de facto acho que é lamentável e nesse sentido eu até iria mais longe. Entendo que não deveria ser dado procedimento a este concurso ele nunca foi necessário, para que mais uma engenheira na Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva?"-----

----- O Sr. Vereador Avantino, pediu a palavra tendo proferiu o seguinte “ Eu antes de mais nada gostava de lamentar, e lamentar profundamente tudo aquilo que se andou por aí

Acta N.º 18/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

a dizer e que se diz relativamente a este assunto e a outros assuntos. Dá-me impressão que há aqui uma certa camarilha. Esta malta junta-se sempre. Aliás como ficou aqui provado hoje com outros processos que reúnem sempre uma série de intenção que não sei bem a onde é que querem chegar. Mas enfim essas atitudes ficam exactamente com quem as pratica.-----

----- Por toda a informação que hoje aqui foi prestada, passo a passo, pelo Sr. Presidente da Câmara, relativamente aos dossiês que constituem este processo, eu gostava que essas pessoas que gostam de chafurdar nestas coisas que dissessem onde é que está uma irregularidade. Ou melhor eu gostava que dissessem a suspeita de uma irregularidade, uma que seja. Por outro lado relativamente aos tempos, eu gostava que as pessoas procurassem, em vez de quererem ser ignorantes à força, que procurassem pelo menos uma informação junto de quem sabe, para ver realmente se os prazos são aqueles ou se não são. É que os prazos são estes, estão devidamente acautelados por lei, nomeadamente no código do procedimento administrativo, e não há nada a fazer, a não ser que a lei seja alterada, mas nós não podemos alterar a lei. Como também não podemos violar a lei, como essa gente, essa gentalha, parece querer. É que esta tem de ser uma casa de bem, tem de ser uma casa de cumpridores. Nós temos que cumprir a lei, mesmo que não se concorde com a lei, nos temos que a cumprir.-----

----- Relativamente ao Júri, que tem sido vilipendiado, eu não sabia, mas fíco agora a saber, uma coisa que eles fizeram e que julgo que nunca se fez aqui nesta Câmara, que face a uma determinada situação muito concreta, declararam a sua incompetência, mas atenção aqui incompetência significa aquela humildade que nós temos de ter sempre na vida, para dizer que sobre isto, eu não me vou pronunciar porque há gente mais qualificada para se o fazer. Foi isso que eles fizeram, e foram buscar uma entidade externa para elaborar e corrigir as provas, e não foi uma entidade qualquer, foi o CEFA e todos nos sabemos o que é o CEFA. E mais, dada uma situação que acontece, eu já cheguei a abrir cartas dos meus filhos, e escrevo lá “indevidamente abri” mas não leio. Aconteceu exactamente uma situação em que a Sr.ª Vereadora inadvertidamente abre uma carta que trazia um teste e esse teste não valeu, foi pedido um outro teste. Esta tudo documentado aqui no processo, por isso, eu gostava de saber que autoridade tem esses moralistas para falarem de um Júri que fez o seu papel devidamente bem feito, com ética, com profissionalismo e que só honram esta casa e que devem ser exactamente apontadas como funcionários exemplares, pessoas, quero dizer pessoas exemplares, cidadãos exemplares exactamente por aquilo que está retratado no processo. É que isto não foi feito agora, por causa do recurso. Nem foi feito agora por causa da conversa fiada, estes é que são os factos, e é isto também que eu quero aqui dizer, porque a minha obrigação também é defender aqueles funcionários. Mas

também é dizer, olhos nos olhos, aos funcionários quando eles estão mal, e dizer-lhes exactamente isso olhos nos olhos. Não é andar a arrasta-los aí pela lama. Nos queremos bons funcionários e estes funcionários foram bons funcionários. Estes funcionários cumpriram zelosamente e com lealdade e com ética tudo aquilo para que fora incumbido enquanto Júri. -----

----- Por outro lado gostava também de dizer o seguinte: é que as pessoas merecem respeito, e quem concorre a esta Câmara merece muito respeito. Porque quem concorre a esta Câmara é sinal de que quer vir trabalhar para a nossa organização. É sinal de que quer fazer parte desta família . Mas quem tem de prestar provas são eles, mas são eles individualmente. Com as licenciaturas, com as habilitações, com a formação profissional que tiveram, etc, mas também com o trabalho honrado que cada um fez aqui, ali ou acolá. Tudo isto é avaliado. O problema de ficar em 1º ou em 2º, meus amigos é a lei da vida. Agora eu não tenho duvida nenhuma, e mais uma vez aqui refiro o critério que utilizou o júri, que não foi uma combinação entre eles, e falo aqui combinação no bom sentido. Mas não, cada um avaliou por si, confrontou a sua avaliação com o outro e entretanto chegaram a uma conclusão. Melhor do que isto? Por amor de Deus. Falar como se tem falado por aí e pôr em causa , é achincalhar as pessoas que concorreram, e as pessoas que concorreram merecem o nosso respeito. Merece respeito a senhora que está aqui a fazer o recurso hierárquico, e muito bem, tem todo o direito de o fazer. Como merecem respeito aqueles que fizeram as provas e que não ficaram seleccionados, como merece respeito a senhora que ficou classificada em 1º lugar. Merecem respeito todos. Sr. Presidente eu sei que o Sr. está afastado, mas eu gostaria que este exemplo que foi dado aqui, e toda esta explicação que foi dada aqui em pormenor. O Sr. Presidente tem uma autoridade e a sua autoridade é uma autoridade que deriva do povo que o elegeu. Como eu tenho como os Srs. Vereadores têm, é que nós realmente somos políticos. Nós somos os representantes daqueles que votam. O Sr. Presidente não se acanhe, o Sr. Presidente vá aí para a praça também e diga o que é que se passou. Porque realmente, aquilo que é feito por aí nas nossas costas, agora até já é feito nas nossas barbas, é dizer no fundo que é tudo corrupto, metem tudo no mesmo saco. Sr. Presidente, o Sr. insurja-se porque isso enlameia o senhor , o organismo que representa, que é a Câmara Municipal, enlameia-nos a nós e enlameia estes funcionários que estão à espera do senhor para os defender. Para dizer lá fora exactamente tudo aquilo que explicou aqui. Vá com o processo não tenha problemas nenhuns. -----

----- Senhora Vereadora Ana Cristina, a Sr.ª faz muito bem em manifestar as suas opiniões. O caso que está aqui em questão neste momento é um caso de um processo de um concurso que se pretende saber se foi bem feito, se houve aqui alguma influência ou não.

Acta N.º 18/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

Relativamente a pronunciar-se sobre a oportunidade do concurso ou não isso agora não é para aqui chamado. O que está agora aqui em causa é o recurso hierárquico. O assunto que está aqui em causa é um assunto muito sério, exactamente por repercussões que possa ter lá fora, e que está já a ter, através das más línguas.-----

Sra. Vereadora, repare numa coisa, vem uma advogada agora pedir para nós substituírmos o Júri que foi nomeado, que são pessoas da nossa confiança. Por amor de Deus! Isso já é abusar de tudo, isto e subverter o processo todo”. -----

----- A Sra. Vereadora Ana Cristina voltou a intervir, tendo preferido o seguinte: “ O último registo que eu queria deixar aqui tem a ver com o seguinte: A candidata seleccionada, e isto é a minha opinião, eticamente eu acho que é reprovável, e é reprovável porque? É pelo seguinte: o chefe de Divisão é pai dela, só por ai temos logo uma questão de ética, essa e uma situação, outra situação tem a ver com a seguinte: vamos aqui reflectir todos, uma candidata tem 14 na prova de conhecimentos, a outra tem 12, eu estou a insistir nisto porque eu acho isto atroz. A prova de conhecimentos é feita pelo CEFA, muito bem, foi feita por uma entidade externa. Depois a entrevista é feita cá. Na entrevista há um diferencial de 5 valores, eu até me escuso a fazer comentários porque isto é por demais evidente. Quer dizer, acho que os comentários que tinha que fazer, já os fiz todos. As pessoas também sabem fazer interpretação das coisas. É tudo muito bonito, o Dr. José Morgado começa por dizer “pedimos a uma entidade externa” muito bem. Mas depois a entrevista, que, até é facultativa, é feita aqui, e há um diferencial de 5 valores. Aliás o produto final é 13,80 e 13,70, eu nem quero comentar porque aquilo que eu tinha que dizer acerca deste assunto eu já o disse.”-----

----- O Sr. Vereador Avantino voltou a intervir e referiu o seguinte “ ética teve exactamente o pai de uma das concorrentes, o Engenheiro Brás que se recusou a ser Júri. Eu continuo a dizer, que nós temos que defender os nossos funcionários. Castiga-los, entenda-se actuar, quando for necessário, porque nós temos deveres a cumprir, todos temos deveres a cumprir. Aliás até veio aqui um processo disciplinar hoje de um funcionário, não quero dar isto como exemplo. Só quero dizer o seguinte a Sra. Vereadora, deixe lá o pai da senhora sossegado porque o pai da senhora, independentemente da senhora gostar, ou de eu, gostar ou não, a família não é cá chamada, e isso deve ser o primeiro respeito que nós devemos ter. Não é reprovável é eticamente de louvar o Engenheiro Brás, que confrontado com uma situação pela qual ele não tem responsabilidade absolutamente nenhuma, porque nós a partir de determinada altura perdemos a responsabilidade pelos nossos filhos. Mal de nós se não a perdermos, nessa altura não estamos a respeitar a liberdade dos outros e a liberdade dos outros começa

exactamente por aqueles que nos são mais chegados. O Sr. Eng. ° Brás acabou exactamente por verificar que não estava em condições de avaliar.” -----

----- A Sr. Vereadora Ana Cristina , interrompeu o Sr. Vereador Avantino, para dizer que “o Eng.° Brás não tinha outra hipótese senão a de se declarar impedido porque a lei assim o obriga, dado ser parte interessada.”-----

----- O Sr. Vereador Avantino continuou a sua intervenção, respondendo à Sr. Vereadora Ana Cristina, dizendo o seguinte: “o Eng.° Brás ao comunicar ao Presidente da Câmara o impedimento deixa de ser parte interessada. Não tem interesse nenhum, porque não tomou parte. Aliás no recurso hierárquico que uma advogada faz , depois de analisar o processo, ela não faz qualquer referência ao Eng.° Brás. E porque? Porque é uma advogada esperta. Porque se ela falasse no Eng.° Brás, sabia perfeitamente que o recurso caía por terra. Se houvesse aqui um facto concreto relativamente ao Eng.° Brás, que tivesse violado qualquer norma legal, era eu o primeiro a fazer queixa, a denuncia-lo. Mas não há, e volto a repetir o Eng.° Brás não é para aqui chamado.-----

----- Relativamente aos cinco pontos de diferença, resultantes das entrevistas das candidatas, quero referir o seguinte: eu já fui professor, a Sr.ª Vereadora é professora, quantas e quantas vezes nós nos debatemos com situações destas, em que numa situação o aluno tem “x” valores e noutra situação tem “y” ? -----

----- O Srs. Vereador Manuel Custódio usou da palavra e disse o seguinte: “O concurso decorreu, como decorreu, e entendo que uma vez que a prova escrita foi feita e corrigida por uma entidade externa, não seria também descabido que a entrevista fosse também feita por uma entidade externa. Depois de não se ter recorrido a entidade externa, o meu comentário acaba aqui. Ou seja inicialmente para a prova escrita recorreu-se, porque é que não se recorreu no 2.º método de selecção? Para mim não seria descabido. A partir do momento que não se recorreu não vou por em questão as avaliações da entrevista, só que embora não seja muito adepto do ditado que diz “ a mulher de César não basta ser séria, tem também que o parecer”. Não estou a questionar sobre o Eng.° Brás, até porque a filha não pode ser prejudicada pelo facto de o pai ser trabalhador desta Câmara.-----

----- A Sr. Vereadora Ana Cristina interrompeu a intervenção do Sr. Vereador Custódio para referir que “a filha do Eng.° Brás não pode é ser beneficiada por o pai trabalhar aqui.”-----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: “ O que interessa é que o processo esteja legal. Ter-se ia evitado tudo isto se nós não tivéssemos criado este lugar no mapa de pessoal, porque efectivamente este posto de trabalho não é necessário, face ao actual reduzido volume de obras da autarquia.-----

Acta N.º 18/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

----- E não havendo mais intervenções a Sr. Vice- Presidente da Câmara, a presidir neste momento à mesa da reunião, colocou o assunto a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, admitir o recurso apresentado, devendo ser notificado o autor do acto recorrido e os contra interessados, para no prazo de quinze dias úteis alegarem o que tiveram por conveniente sobre o pedido e seus fundamentos.-----

----- **h) Arminda Marques da Costa** – Por requerimento registado em 25.07.2011, solicita parecer para a constituição de compropriedade dos prédios rústicos inscrito na matriz predial de Queiriga sob os artigos n.ºs 3528, 8831, 3219, 8211 e 5167 – Informações n.ºs JF-244/2011, JF-245/2011, JF-246/2011, JF-247/2011, JF-248/2011, de 25.07.2011.

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a constituição de compropriedade dos prédios rústicos em epígrafe.-----

----- **i) Eduardo Antunes Brás, de Vila Nova de Paiva** - Por requerimento registado em 26.07.2011, solicita parecer para a constituição de compropriedade do prédio rústicos inscrito na matriz predial de Vila Nova de Paiva sob os artigo n.º 2002, sito ao Lugar de Pregacia – Informação n.º JF-249/2011, de 26.07.2011.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a constituição de compropriedade do prédio rústico em epígrafe.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal da Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram treze horas e vinte e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente minuta da acta que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente da Câmara, e por mim que a secretariei. -----
